

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA AMAZÔNIA: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS DA COMUNIDADE VILA DA BARCA, BELÉM, PARÁ

Maiara Bessa Ferreira¹, Flávia Cristina Araújo Lucas^{2*} e Gerciene de Jesus Miranda Lobato³

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Ciências Naturais – Biologia. UEPA Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Av. Djalma Dutra, s/n. Bairro Telégrafo. Belém PA, Brasil, CEP 66.113200. Contato: (91)981383186. E-mail: maibessa@hotmail.com;

^{2*} Doutora em Ciências Biológicas (Botânica) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus/AM. Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Departamento de Ciências Naturais e Curadora do Herbário Profa. Dra. Marlene Freitas da Silva (MFS). UEPA Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Av. Djalma Dutra, s/n. Bairro Telégrafo. Belém PA, Brasil, CEP 66.113200. Contato: (91)99981-3133. E-mail para correspondência: copaldoc@yahoo.com.br;

³ Mestre em Ciências Ambientais. UEPA Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Av. Djalma Dutra, s/n. Bairro Telégrafo. Belém PA, Brasil, CEP 66.113200. Contato: (91)991010982. E-mail: gercienelobato@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa objetivou inserir o aprendizado em Educação Patrimonial na Amazônia como temática fundamental no processo de pertencimento ao lugar em que se vive, possibilitando através de experiências diretas, o reconhecimento do patrimônio cultural e natural para a valorização da cultura material e imaterial na cidade de Belém-Pará. Os partícipes da pesquisa foram 25 crianças do ensino fundamental, integrantes do Projeto de Extensão Universitária “Ações interdisciplinares em educação ambiental para crianças da Vila da Barca, Belém-Pará”. No processo metodológico foram inseridas as etapas sugeridas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que estimula a observação, registro, exploração e apropriação, e também foi usada a técnica de múltiplos modos de representações de aprendizagem. Os resultados sugerem que a manifestação cidadã, capaz de influir na conservação das tradições da cidade, do bairro ou da comunidade, só poderá atuar se houver essa sinergia na perspectiva de pertencimento, sendo importante possibilitar o envolvimento das comunidades com a diversidade do seu patrimônio cultural.

Palavras-chave: Cultura, Pertencimento, Ressignificação.

Abstract

This research aimed to insert learning in heritage education in the Amazon as a key issue in the process of belonging to the place where you live, allowing through direct experiences, recognition of cultural and natural heritage for the appreciation of tangible and intangible culture in the city of Belém-Pará. The participants in the study were 25 elementary school children, members of the University Extension Project "Interdisciplinary Environmental education for children of the Vila of Barca, Belém-Pará". In the methodological process were inserted the steps suggested by the Institute of Historical and Artistic Heritage, which stimulates observation, registration, operation and ownership, and was also used to multimode technique of learning representations. The results suggest that citizen expression, able to influence the conservation of the city's traditions, the neighborhood or community can only act if this

synergy in the membership perspective, it is important to facilitate the involvement of communities with the diversity of their cultural heritage.

Keywords: Culture, Belonging, Resignification.

1 INTRODUÇÃO

A educação patrimonial baseia-se em um processo educacional em que o patrimônio cultural é tomado como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, e seu principal objetivo é possibilitar o acesso à informação e aos bens materiais e imateriais para que a sociedade possa conhecer, apropriar-se e valorizar, permitindo ao indivíduo compreender o contexto e a trajetória histórico-temporal em que está inserido (HORTA et al., 1999). Segundo Souza (2010) na esfera dos direitos socioambientais o acervo de uma cidade tem que ser conquistado num modelo de propriedade coletiva, moldado pelos anseios de todos os seres vivos, para que a vida continue a existir em sua pluralidade de expressões, cores, formas e manifestações.

No Brasil, a preservação do patrimônio veio com a Constituição de 1988, garantindo a proteção dos bens materiais e imateriais, portadores de referência à identidade, à ação, e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade (MARÉS, 2002). Para este autor os bens socioambientais são necessários à manutenção da biodiversidade e da sociodiversidade, os quais são sempre evocados pela memória das culturas e conhecimento coletivo. Assim, a riqueza cultural de um lugar precisa ser reconhecida, e não apenas observada, pois o conhecimento antecede a preservação, como enfatizou Guimarães e Miranda (2009):

Geralmente, preserva-se aquilo com o qual se tem uma relação afetiva, o que se estabelece através do conhecer. Santo Agostinho ensinava que “conhecemos à medida que amamos”. Esse raciocínio soa, aparentemente, paradoxal quando o aplicamos à educação como forma de conhecimento: se há amor é porque há conhecimento e vice-versa (GUIMARÃES; MIRANDA, 2009, p. 6).

Isso se torna possível quando as discussões que refletem pertencimentos individuais e coletivos caminham rumo ao conhecimento, estabelecimento de diálogos, possibilidades, finalizando com o sentimento de apropriação. Valorizar um bem propicia a compreensão da dimensão estética e histórica e garante às futuras gerações o olhar genealógico; a interação entre o presente e o passado (HORTA et al., 1999).

Nesse sentido, no âmbito do projeto de extensão “Ações Interdisciplinares em Educação Ambiental para crianças e adolescentes da Comunidade Vila da Barca, Belém-Pará”, a presente pesquisa objetivou inserir o aprendizado em Educação Patrimonial na Amazônia como temática fundamental no processo de pertencimento do lugar em que se vive, possibilitando através de experiências diretas, o reconhecimento do patrimônio cultural e natural buscando promover a valorização da cultura material e imaterial na cidade de Belém-Pará.

2 O PATRIMÔNIO

O termo patrimônio, historicamente foi impregnado de aspectos ideológicos ao ser utilizado para afirmação e reafirmação, inicialmente, dos estados europeus, impondo a necessidade de reforçar a história e tradição em cada território como um fator gerador de identidade (TEIXEIRA, 2006). Para Horta et al. (1999) o patrimônio

constitui-se de diversas formas de expressões de saberes e experiências que conduzem o indivíduo a leitura do mundo que o rodeia; assume valor simbólico e afetivo, fortalecendo diálogos entre o presente e passado na perspectiva do futuro (PEREGRINO, 2012); envolve cultura, ambiente natural, ciência e tecnologia, para além da distinção público/privado, constitui-se como a diversidade de um espólio, que ganha outros sentidos além do monumentalizado (TOLENTINO, 2012).

Em Belém do Pará, as representações do patrimônio são mantidas como um dos indicadores de herança cultural na paisagem urbana, sendo perceptível tanto em manifestações coletivas ou de usufruto comum, quanto em expressões individuais. A dimensão, representação e significado desse avolumado registro estão presentes nas ruas antigas, nos “túneis” formados por árvores de mangueiras, em praças com coretos, nos remanescentes florestais no entorno da cidade, no Complexo Feliz Lusitânia (local de fundação da cidade), na maior feira livre da América latina (Ver-o-Peso), no Theatro da Paz (influência da arquitetura européia), na arqueologia com muiraquitãs (artefatos em material geológico, em forma de sapos pequenos elaborados por povos pré-colombianos e utilizados por povos do Baixo Amazonas), e, também, nos relatos orais passados de gerações sucessivas (a linguagem, a culinária, os remédios com as plantas medicinais, as danças, procissões e costumes) que formam extenso legado.

2.1 O Patrimônio Cultural

Pesquisas sobre inventário e patrimônio cultural no Brasil (NOGUEIRA, 2007) relataram a trajetória do Modernista Mário de Andrade em suas viagens pelo Brasil, que continham significativa contribuição para a noção do patrimônio. O referido autor conclui sobre as viagens de Mário:

“Assim ao lado das igrejas, pontes e chafarizes, registrou os sabores e cores do Brasil; sorvetes coloridos de Belém, sucos, culinária; tipos brasileiros (a semostração da carioca, a beleza dos índios e dos mestiços, a fala cantada e a verve cômica do nordestino); as danças dramáticas; as melodias de boi; música de feitiçaria; religiosidade popular, crenças, superstições; poesia popular (cordel); formas de expressão; instrumentos musicais; modos de trabalhar, modos de morar, modos de festejar, etc.” (NOGUEIRA, 2007, p.5)

O conceito de Patrimônio Cultural vem se ampliando e na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário e utensílios, e, outros bens como a dança, culinária, modo de viver (IPHAN, 2014). O Patrimônio, portanto, apresenta diversas faces e essa percepção foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216.

Artigo 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Diante disso é possível confirmar a diversidade de valores e manifestações que constituem o patrimônio cultural, considerando os múltiplos aspectos da cultura tais

como os saberes orais, e compreender, por exemplo, que “o saber e a experiência da vida na floresta é parte fundamental da herança cultural dos índios da Amazônia e como tal integram o nosso Patrimônio” (HORTA et al., 1999, p.7).

2.2 O Patrimônio Natural

A diversidade cultural do Brasil se expressa também por meio da biodiversidade, uma das mais ricas do mundo. A natureza pode também ganhar status de patrimônio, sendo importante definir a fusão desses conceitos:

O patrimônio natural pode ser definido como uma área natural com características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história e, também, para que se possa analisar as consequências que o estilo de vida hegemônico pode causar na dinâmica natural do planeta. Uma área natural protegida é um laboratório de pesquisa que possibilita estudar reações da dinâmica da natureza em si. Além disso, a singularidade que faz a área merecer sua elevação à condição de patrimônio pode mostrar beleza cênica ou, ainda, ser fundamental para o desenvolvimento de processos naturais, como ocorre com o mangue, responsável pela reprodução de microrganismos que servem de base da cadeia alimentar (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p.256).

Estudos de Delphim (2004) demonstraram que na imbricação homem-natureza, a paisagem natural e a paisagem antrópica são confluentes, e que a preservação de um acervo natural fundamenta-se em questões éticas e pragmáticas, à medida que é impregnada de valores humanos. Este autor ressaltou a natureza patrimonial da Amazônia com os solos de elevada fertilidade chamados de "terra preta", que são importantes sítios arqueológicos, e com as ilhas de vegetação, no estado do Pará, consideradas naturais, mas que resultam de um processo social.

Na Amazônia os recursos da natureza vêm sendo compreendidos e desfrutados desde tempos pré-históricos, numa construção social que uniu o ambiente físico com a dinâmica cultural (MAGALHÃES, 2009). Ao longo desse tempo, numerosos problemas ambientais como a poluição da água, do ar e do solo bem como o desmatamento passaram a configurar alterações ambientais, climáticas e sociais. Essa relação revela indicações alarmantes da degradação e solicita a busca da integração social e política para a manutenção da integridade ecológica e do patrimônio natural (HORTA; IRVING, 2006).

A preocupação em salvaguardar áreas naturais é sinalizada com os constantes dados de alerta para o crescente desmatamento na Amazônia. Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), na Amazônia Legal, em termos relativos, houve aumento expressivo de desmatamento entre agosto de 2013 a janeiro de 2015 chegando a 241% no Pará, incluindo assentamentos de reforma agrária e áreas protegidas (IMAZON, 2015). Frente a essas situações, a importância da natureza passa a residir não só no valor dos recursos para alimentação e moradia, mas engloba também o valor simbólico e passa a constituir-se como patrimônio (ZANIRATO, 2010).

2.3 O Patrimônio no Processo Educacional

A implantação da educação patrimonial no Brasil partiu de métodos, conceitos e práticas educacionais voltados para a apropriação e valorização da cultura de uma

sociedade, a qual foi inspirada no modelo pedagógico inglês denominado *Heritage Education* (HORTA, 2003). Para a referida autora essa metodologia educativa precisa envolver a escola, as comunidades e as demais esferas da sociedade, com objetivo de guiar os envolvidos para suas capacidades intelectuais na aquisição de conceitos e habilidades. Para Grunberg (2007) trata-se de um caminho de democratização da cultura que proporciona ao indivíduo um maior contato com a criação cultural.

Nos parâmetros curriculares nacionais a inclusão do patrimônio no ensino se alicerça na pluralidade cultural do Brasil, e no reconhecimento da memória a partir da própria realidade local dos educandos.

Os conteúdos selecionados devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive e, em sentido mais abrangente, com a nação brasileira, valorizando os aspectos socioambientais que caracterizam seu patrimônio cultural e ambiental (BRASIL, 1997).

Ao analisar as diversas manifestações da educação patrimonial Moraes (2005) reafirmou seu significado interdisciplinar de ensino, para além das disciplinas de história, geografia e literatura, visto que o patrimônio interessa à diversas disciplinas. No currículo escolar, o patrimônio pode ser compreendido sob múltiplas formas no processo de ensino-aprendizagem, com o potencial de permitir uma percepção integrada do saber proposto e valorização da história e cidadania (SANTOS; SOUSA, 2011).

Nesse contexto, Tolentino (2012) retratou experiências educativas sensibilizadoras, realizadas na Casa do Patrimônio de João Pessoa, projeto do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no estado da Paraíba, que foram aplicadas a estudantes que residiam na área urbana do Centro Histórico e não conheciam a história de sua cidade. No Baixo Amazonas Jacaúna et al. (2015) usaram a educação patrimonial para promover um diálogo entre saberes acadêmicos e tradicionais no Assentamento Vila Amazônia, através de oficinas e minicursos. O Patrimônio também foi investigado por Santos (2012) nas Comunidades Boa Vista e Lago Moura, em Porto Trombetas, Pará, onde houve a promoção do sentimento de preservação do ambiente e da cultura ribeirinha, vislumbrando ações de educação patrimonial como propulsoras do desenvolvimento local sustentável.

3 O DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

3.1 A Vila da Barca, o Projeto de Extensão e o Público-Alvo

A comunidade da Vila da Barca localiza-se na orla da cidade de Belém-PA, sobre as águas da baía do Guajará. A ocupação desse espaço territorial está inserida no contexto da evolução urbana de Belém, tendo como característica o crescimento desordenado, em que a comunidade é carente de saneamento básico e convive com ineficiente coleta de lixo e precário saneamento básico (LUCAS et al., 2010). Essas percepções foram evidenciadas durante a execução do projeto de extensão, e revelaram a Vila da Barca como um lugar de extrema pobreza, com graves problemas sociais, ambientais e culturais, conforme reportado por Veiga et al. (2012).

Com o projeto de extensão universitária, "Ações interdisciplinares em educação ambiental para crianças da Vila da Barca, Belém-Pará", iniciado em 2009 e finalizado em 2013, na Universidade do Estado do Pará (UEPA) foram promovidos diversos encontros, com 25 crianças, na faixa etária entre seis a treze anos, cursando do 1º ao 6º ano do ensino fundamental. As reuniões ocorriam nas manhãs de sábado, tanto na

Universidade do Estado do Pará, quanto na Vila da Barca ou em outros espaços públicos de Belém. Nesses momentos, eram trabalhadas temáticas variadas em educação ambiental que se fundamentavam em práticas interdisciplinares acerca de problemáticas socioambientais, com a finalidade de contribuir na formação cidadã do público-alvo e construção de novas condutas.

3.2 A Educação Patrimonial no Projeto de Educação Ambiental

As propostas da presente pesquisa com o patrimônio foram promovidas ao longo de treze encontros que buscaram a valorização da regionalidade paraense nos costumes, culinária, música, dança, artesanato, natureza e demais ícones da cultura paraense, como o Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves, Mangal das Garças, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves e Theatro da Paz. A intenção foi sensibilizar o público-alvo para a importância da memória e preservação do patrimônio cultural e natural no contexto local, contribuindo para a apropriação identitária e o fortalecimento das relações afetivas tomando, inicialmente, a família como patrimônio.

Em todo processo metodológico foram inseridas as etapas sugeridas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que estimula a observação, registro, exploração e apropriação (HORTA et al., 1999). Foi aplicada a técnica de multimodos e representações de aprendizagem, que busca diferentes materiais e métodos, para atender as formas peculiares de aprendizado entre os alunos, oportunizando a integração do que é observado por meio de múltiplas leituras do mesmo (LABURÚ et al., 2011).

A fim de direcionar os estudos foram criados títulos para cada atividade: “Família: meu patrimônio”; “Meu lugar: Norte do Brasil”; “Lendas amazônicas”; “Sabores e sons do Pará” e “Referências da cultura local”. A criação de títulos significou o primeiro vínculo com o que seria posteriormente socializado, gerando as expectativas preliminares em busca do fortalecimento dos saberes regionais. Os lugares selecionados para visita foram escolhidos após averiguação com as crianças, que desconheciam a maioria dos ambientes públicos mais famosos de Belém.

Para a avaliação dos resultados buscou-se a produção dos participantes nos registros expressados em desenhos, maquetes, murais, falas espontâneas e respostas às perguntas direcionadas. Em cada encontro foram elaboradas atas que registravam os procedimentos, acontecimentos e resultados obtidos.

3.2.1 Família: Meu Patrimônio

O primeiro encontro buscou a reflexão de patrimônio no seio familiar, com a valorização da história pretérita e presente de cada criança. De acordo com Grunberg (2007) no processo educacional que envolva o patrimônio é importante partir inicialmente do que esteja mais próximo dos participantes, na expectativa de fazer compreender que esse conceito está mais perto deles do que imaginam.

Usando como argumento a família, foi feita a leitura do livro “A família em primeiro lugar” (J. S. Jackson), a partir da qual foi provocado um diálogo sobre a família, os nomes dos seus membros, culminando com a confecção da Árvore da Família. Cada família foi identificada por uma expressão, escolhida pela criança, a partir da pergunta: “*Que palavra você escolheria para a sua família?*” Foi estimulada a memória com respeito aos antepassados, na perspectiva de que o conhecimento do mundo e o envolvimento com a cultura começam no ambiente familiar.

3.2.2 Meu Lugar: Norte do Brasil

Cultura, identidade e patrimônio cultural partem da realidade local e sensibilizam para a história e a identidade dos envolvidos (TOLENTINO, 2012). Essa temática foi proposta devido às percepções do grupo de trabalho quanto à carência de informações do público-alvo a respeito da própria nacionalidade, regionalidade e cultura.

Conversas informais instigaram as crianças a reconhecerem a própria comunidade em que moram. Primeiramente, voltou-se a origem, ao retratar o início do estabelecimento da comunidade da Vila da Barca. Passado e presente se encontraram nessa compreensão. Com a pergunta “*Reconheço o lugar no qual vivo e convivo?*” discutiram-se os países e as regiões habitadas do território brasileiro, com culturas particulares. Aditivamente, foram questionados: “*Onde fica a minha comunidade? Qual o bairro, a cidade, o estado e o país? Em que continente eu moro?*”.

Mapas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) auxiliaram a localização geográfica dos lugares, e as características próprias de sua regionalidade, com os rios, florestas, clima, fauna, flora e outros. Essa etapa de reconhecimento do lugar em que se vive se desenvolveu em quatro encontros e foi fundamental para a percepção da cultural local.

Foi projetado um curta metragem da Vila da Barca, de autoria de Renato Tapajós (1968), que trata da ocupação desordenada do local, construída sobre palafitas em Belém do Pará. O vídeo, que trouxe a história do lugar, teve por finalidade estabelecer envolvimento afetivo para com o lugar em que se vive. Após a sessão as crianças elaboraram murais interativos que continham informações e imagens sobre a Vila da Barca, o Ver-o-Peso, a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, o Complexo da Estação das Docas e o Theatro da Paz. O objetivo nessa temática foi reforçar o pertencimento espacial, cultural e ambiental, na perspectiva de envolver as crianças no reconhecimento do lugar em que se vive.

3.2.3 As lendas amazônicas

As lendas amazônicas são narrativas que descrevem seres sobrenaturais referindo-se a acontecimentos passados, podendo transmitir ensinamentos, regras de condutas e a explicação de fenômenos da natureza; “é a riqueza imaterial de um povo e se constitui num elemento de coesão social, de agregação e de formação da identidade e do comportamento social de seus membros” (COELHO, 2003, p. 18).

Em dois encontros, partindo da premissa de que os ambientes naturais são parte integrante da cultura local, os ecossistemas amazônicos foram exibidos, juntamente com seus simbolismos relacionados às lendas amazônicas, como a lara, o Muiraquitã, o Uirapuru, a Matinta Pereira, Boto e o Curupira. Inicialmente as lendas foram narradas com o apoio de contadores de história e, posteriormente, foram retratadas por meio de rodas de conversas, vídeos, encenação e livros infantis.

3.2.4 Sabores e Sons do Pará

Festas populares, música e alimentação são manifestações identitárias de um povo e merecem reconhecimento e valorização (TOLENTINO, 2012). Nesse sentido, a culinária foi abordada com as crianças numa perspectiva de estimular os órgãos do

sentido para a experimentação dos aromas, texturas e sabores dos frutos amazônicos.

Na observação que priorizou a percepção sensorial, os partícipes, de olhos vendados, receberam frutos do açaí, pupunha, cupuaçu e castanha. Sucos, cremes e doces foram preparados para degustação, que ocorria simultaneamente ao diálogo com as crianças, partindo de seus conhecimentos sobre as frutas regionais. Abordaram-se os aspectos nutricionais e a geração de renda e sobrevivência destes para diversos povos tradicionais na Amazônia.

No segundo dia de atividades deste tema, músicas regionais acompanharam as crianças, que puderam ouvir as canções de alguns compositores paraenses, como Nilson Chaves, Pinduca e Lia Sophia. Segundo o IPHAN (2014) é importante utilizar de diferentes processos educacionais tais como a música.

3.2.5 Referências da Cultura Local

Cada cidade conta sua história e se molda segundo suas características. Em Belém, os locais que abrigam fauna e flora no ambiente urbano, ou, os prédios com arquitetura barroca, são respeitados como ícones da cultura belenense. Nessas circunstâncias, em dias diferentes, foram visitados quatro lugares amplamente conhecidos na história da cidade: Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves, Parque Naturalístico Mangal das Garças, Theatro da Paz e Centro Cultural e Turístico (Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves - CENTUR).

Dos lugares com apelo naturalístico, o Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves é um remanescente florestal que preserva cerca de 15 hectares de floresta no centro urbano de Belém. Neste recinto foi percorrida uma trilha ecológica que abordou assuntos referentes à importância da interação entre as plantas, os animais e ambientes e seres humanos para a manutenção das dinâmicas dos ecossistemas. Essa mesma interpelação aconteceu no Parque Naturalístico Mangal das Garças, ponto turístico emblemático na cidade, localizado às margens do Rio Guamá, próximo ao Centro Histórico de Belém. Nesse cenário característico do estuário amazônico, as crianças observaram fauna, flora, visitaram o memorial amazônico da navegação e borboletário.

Outros referenciais da cultura de Belém, apresentados às crianças foram o Theatro da Paz e o CENTUR. No Theatro, houve apresentação guiada por um funcionário, que conversou sobre a história e arquitetura; no CENTUR, as crianças conheceram e exploraram a brinquedoteca, o espaço literário infantil, a gibiteca e a coleção de fantoches. Na cinemateca, o curta-metragem “Menino urubu” de Roberto Ribeiro, contou a história de uma criança abandonada no lixão e que fora criada por urubus.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, as experiências em contexto de cultura e patrimônio vivenciadas com os partícipes da comunidade Vila da Barca estimularam a curiosidade em ouvir histórias que tratam das lendas, da natureza, dos pontos turísticos, e de outras manifestações locais, estimulando-as para a valorização e apropriação dos patrimônios recém descobertos.

Essa ponte entre a universidade e a comunidade expandiu o lugar de aprendizado dessas crianças, que ao conhecerem novos ambientes da cidade vivenciaram momentos de descobertas, evidenciando a importância da integração

entre a universidade e a comunidade, pois conforme Jacaúna et al. (2015) a inclusão social para o desenvolvimento de uma cultura científica possibilita a articulação entre as pessoas e os vestígios do passado.

A utilização de recursos multimodais induziu uma aprendizagem continuada para cada criança, com conhecimentos apreendidos em registros variados. A experiência patrimonial por meio de múltiplos processos educativos é evidenciada em guias para E.P, tal como Horta et al. (1999) discutiram que a Educação Patrimonial não possui uma metodologia única e imutável. Assim, neste trabalho, o encontro com o patrimônio foi oportunizado em diversos momentos, que serão detalhados a seguir.

4.1 Família: Meu Patrimônio

Os nomes dos membros das famílias das crianças foram citados com motivação afetiva. Muitos dos nomes se referiam a homenagens a outros parentes, inclusive falecidos, ou a antigos amigos de seus pais. A montagem da árvore da família (Figura 1) trouxe a história e as lembranças dos parentes, sendo um momento oportuno para contar um pouco sobre os personagens dessas árvores, os tios, primos, avós, que tinham histórias alegres e tristes.



Figura 1. Árvore da família.

A partir da pergunta “*Que palavra ou palavras você escolheria para a sua família?*”, foram designados os termos: Alegre e brigona; Unida e feliz; Vive com amor; Felicidade. Foi estimulado o reencontro com os laços afetivos e a representação do núcleo familiar como o primeiro patrimônio, a partir do qual se conhece todos os outros. Para Grunberg (2007) atividades que partem do contexto familiar contribuem para a compreensão da continuidade cultural, já que a cultura é dinâmica e se transmite de geração para geração.

4.2 Meu lugar: Norte do Brasil

Rever a Vila da Barca sob o olhar do documentário de Renato Tapajós gerou incertezas quanto ao local, pois a Vila da Barca antiga era muito diferente da atual. As crianças perguntavam “*É mesmo a Vila?*”, e foram conhecendo, ao longo do documentário uma cidade que surgiu com poucos moradores, num contexto socioeconômico e ambiental menos degradado. Diogo (2004) discutiu que a

urbanização de Belém com fins habitacionais modificou o que era um assentamento ribeirinho histórico, social e cultural (localizado na orla da cidade, onde também passava por perto uma antiga linha férrea), transformando a Vila em um labirinto de habitações aterradas e adensadas, revelando a situação mutante de um espaço da cidade, em que prosperou a pobreza, a doença e a violência.

As crianças sabiam muito pouco de suas referências na cidade, sem qualquer correspondência ao nome do bairro, cidade, estado e país ao qual pertenciam. Quando o mapa do Brasil foi exposto, houve bastante dificuldade em localizar a região Norte, o estado do Pará e os Estados de fronteira. Essas dificuldades se ampliaram quando as escalas passaram a ser continentais, sendo de difícil compreensão situar a comunidade no continente sul americano, sob a influência sociocultural amazônica.

Desenvolver o reconhecimento espacial e geográfico das crianças foi um dos aspectos mais difíceis desta ação. Gomes et al. (2015) esclareceram esse tipo de interpretação patrimonial como fundamental para auxiliar as relações de pertencimento dos indivíduos e grupos sociais, uma vez que permite aos mesmos, o conhecimento de informações relevantes e significados sobre os bens.

4.3 As Lendas Amazônicas

As lendas proporcionaram encantamento pelas narrativas dos vídeos, com os cenários exóticos alimentados por imagens de personagens emblemáticos. Também, com esse tema a criatividade do público-alvo se manifestou por meio de maquetes, origamis e encenações das lendas (Figura 2).



Figura 2. Representações das lendas pelos alunos, a partir de desenhos e maquetes.

A lenda do Curupira foi a mais recriada e vários curupiras foram interpretados nas encenações. Este personagem impressionou as crianças por ser um guardião das florestas e protetor dos animais. Algumas falas exemplificam essas percepções: “*Todos nós precisamos da floresta, o Curupira impede a derrubada dela pelos madeireiros*” (F.S.L, 13 anos). “*A Amazônia é importante pra gente, é ela que dá o que a gente precisa, por isso a gente tem que cuidar*” (E.A., 12 anos). Analisando o significado das lendas como patrimônio, Delphim (2004) ressaltou o quanto estas são impregnadas de valores humanos, que se tornam ícones imprescindíveis do imaginário humano. Peregrino (2012) argumentou que a cultura, ao envolver as

crenças e simbolismos, gera afetividade com o patrimônio, colaborando com as construções de referência para uma determinada cultura.

4.4 Sabores e Sons do Pará

A percepção sensorial através do olfato, tato e paladar foi estimulante para o entendimento da cultura por meio das iguarias regionais. Ao consumirem frutos amazônicos bastante apreciados no cotidiano, as crianças trouxeram suas referências familiares daquele tipo de alimentação, conversando sobre receitas e pratos servidos em festas. Estas referências foram interpretadas por Candau (2011) como parte da apropriação de histórias tradicionais que são construídas, enriquecidas e transmitidas de geração para geração, por meio da sociedade e da família.

As músicas regionais geraram pouco interesse nos partícipes. O carimbó foi o mais lembrado, por ser um tipo de ritual das festas juninas, muito apreciado pelas crianças. Ouvir outros ritmos, de compositores paraenses tradicionais, não os atraiu. As preferências populares desse público convergiram para o estilo *tecnomelody*, ritmo dançante organizado em aparelhagens, que se originou nas periferias de Belém e, conforme publicado em Jusbrasil (2014) se consagrou como Patrimônio Cultural do Pará. As aparelhagens e ritmos que promovem a “quebra” do corpo no momento da dança são frequentes nos finais de semana na Vila. Alves (2011) constatou que a música nas festas comunitárias é uma expressão da tradição, da organização social e cultural de determinado grupo, que se manifesta plenamente.

4.5 Referências da cultura local

A ida ao Theatro da Paz contou um pouco da história da influência da burguesia francesa no século XVIII, representada pela história arquitetônica deste prédio, num tempo em que a cidade de Belém era conhecida como Santa Maria do Grão Pará e se tornou a cidade mais desenvolvida de todo o país. Meira Filho (1976) informou que a construção do Theatro, bem como o urbanismo daquela época (importado de Paris), foi um marco da ascensão social de Belém, proporcionada pelo ciclo da borracha. Cruz (1973) ressaltou que muita da produção artística francesa de arte decorativa encontrada no Theatro da Paz foi importada dos salões de Belas Artes Franceses.

Visitas monitoradas no Theatro da Paz são parte integrante de um programa de inserção social da Secretaria de Educação e Cultura (SECULT), que abre gratuitamente um dia na semana. Segundo os funcionários que atendem no local, apesar de tal privilégio, a sociedade pouco se apodera da oportunidade. Talvez a falta de uma maior divulgação e aproximação com a sociedade civil seja um dos obstáculos. Esse fato foi evidenciado com o público alvo que além de desconhecer a entrada gratuita, se mostrava desmotivado e indiferente ao Theatro e sua história.

O dia no Theatro da Paz foi marcante para as crianças principalmente pelo passeio no ônibus e o lanche que foi servido. Nas explicações feitas pela monitora, ao caminhar pelo interior dos ambientes, algumas as crianças perguntaram a idade de uma peça decorativa antiga, ou o peso do lustre da entrada principal do Theatro, ou o significado das pinturas no teto; prioritariamente desejavam saber o preço dos objetos e se eram feitos de ouro.

No Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves (Figura 3 A) e no Parque Naturalístico Mangal das Garças (Figura 3 B) ocorreu a culminância de um ciclo de

atividades, que já acontecia há um ano, cuja temática discutia o papel da vegetação para os seres vivos e o meio ambiente; interação entre os mundos biológico e não biológico num contexto de cultura local.

Após obterem a noção de que as árvores amenizam o clima, conservam a biodiversidade, contribuem para o Ciclo de vida na Terra e fornecem recurso para a manutenção da vida humana, os participantes exteriorizaram suas dúvidas quanto às espécies ameaçadas de extinção e perguntaram quantas e quais eram essas espécies. A ocasião ocorreu na interface entre o lúdico (por ser um lugar de agradável climática e estética) e o científico, mas sempre com a intenção maior de aproximar as crianças do patrimônio natural da sua cidade.



Figura 3. Visita ao Jardim Botânico Bosque Rodrigues Alves (A) e ao Parque Naturalístico Mangal das Garças (B).

Na visita à Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, centro de debates e manifestações culturais do Norte do país, as crianças conheceram pela primeira vez uma gibiteca, cinemateca, brinquedoteca; ficaram eufóricas com a biblioteca de leituras infantis. Grunberg (2007) e Peregrino (2012) analisaram que os bens de uma cultura podem parecer, muitas vezes distantes do meio social de uma comunidade, devido as dificuldades socioeconômicas. Nesse sentido, foi importante, promover a aproximação entre as crianças da comunidade Vila da Barca e as referências da cultura local.

5 CONCLUSÃO

Apesar das práticas sensibilizadoras propostas nesta pesquisa a exteriorização de pertencimento dos lugares por parte das crianças foi tímida. O reencontro de si mesmas na sociedade foi mais visível nos espaços que mostraram os ambientes naturais e o conforto provocado na biblioteca infantil do Centur. Em alguns momentos, a ênfase dada ao valor monetário dos objetos e monumentos arquitetônicos sobrepujou o sentimento de preservação e valorização para a sociedade.

O reconhecimento dos patrimônios de Belém foi secundariamente priorizado pelos partícipes, o que sugere a carência de informações e politização das próprias famílias, que têm suas vidas restritas à comunidade. Tal realidade pode ser comprovada quando 80% das crianças relataram que nunca tinham visitado os locais selecionados por este projeto. Esses indícios terminam por promover certa alienação e desinteresse por patrimônios tidos como referências na cidade. Ainda nessa problemática, a responsabilidade dos órgãos e secretarias que tem como alvo a inserção social para cultura e lazer, pecam pela falta de uma divulgação que alcance todas as esferas socioeconômicas. A manifestação cidadã, capaz de influir na conservação das tradições da cidade, do bairro ou da comunidade, só poderá atuar se houver essa sinergia na perspectiva de pertencimento.

REFERÊNCIAS

ALVES, R.C. Música: patrimônio imaterial do Brasil. Revista Lusofonia, 2011. Disponível em <https://revistalusofonia.wordpress.com/2011/02/16/musica-patrimonio-imaterial-do-brasil/>. Acesso em: 01 fev. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental. 1997. 166p.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto. 2011.

COELHO, M.C.P. **As narrações da cultura indígena da Amazônia: lendas e histórias**. 206 f. Doutorado (Linguística aplicada e estudo da linguagem)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém (PA): Universidade Federal do Pará, v.2, p.75, 1973.

DELPHIM, C.F.M. O Patrimônio Natural no Brasil. IPHAN 2004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf. Acesso em: 12 out. 2013.

DIOGO, A.A.M. **Vila da Barca: perspectivas históricas da construção e reconstrução**. In: Seminário Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade, Belem, 2004.

GOMES, M.S.; SANTOS, C.M.; VASCONCELOS, C.; ARAGÃO, H.; BRITTO, S.; ANDRADE, T. Turismo Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania: Uma Experiência entre Universidade, Escola e Museu em Sergipe. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v.7, n.3, p.459-470, 2015.

GRUNBERG, E. Manual de atividade práticas de educação patrimonial. IPHAN, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf. Acesso em: 27 set. 2014.

GUIMARÃES, E.A.; MIRANDA, M.P.S. A Educação Patrimonial como Instrumento de Preservação. **Revista de Educação Patrimonial**, v.1, n.2, p.6-7, 2009. Disponível em:

<<http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/pordentrodahistoria02.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

HORTA, M.L.P. Educação Patrimonial. Boletim. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/128182592/Maria-de-Lourdes-Perreiras-Horta-Educacao-Patrimonial-pdf>> Acesso em: 18 set. 2013.

_____. GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**.- Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 68p. 1999.

HORTA, C.; IRVING, M. A. Interpretação de patrimônio natural para a gestão de parnas na fronteira amazônica: os casos “montanhas do Tumucumaque” e “Cabo Orange”. 2006. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/ClaudiaHorta.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

IMAZON. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (janeiro de 2015). Imazon. 2015. Disponível em: <<http://amazon.org.br/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-janeirode-2015-sad/>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>> Acesso em: 27 set. 2014.

JACAÚNA, C.L.F.S.; ROCHA, J.M.; CARVALHO, M.T.S. A experiência da elaboração de uma oficina com ênfase na educação patrimonial, sustentabilidade e desenvolvimento da cultura científica por docentes dos cursos de história e geografia CESP/UEA. **Revista Amazônica de Ensino de Ciências**, v.8, n.15, p.214-223, 2015.

JUSBRASIL. Aprovado projeto que transforma Tecnomelody em patrimônio cultural do Pará. 2014. Disponível em: <<http://alpa.jusbrasil.com.br/noticias/100448955/aprovado-projeto-que-transforma-tecnomelody-em-patrimonio-cultural-do-para>>. Acesso em: 9 jan. 2016.

LABURÚ, C.E.; BARROS, M.A.; SILVA, O.H.M. Multimodos e múltiplas representações, aprendizagem significativa e subjetividade: três referenciais conciliáveis da educação científica. **Ciência Educação**, v.17, n.2, p.469-487, 2011.

LUCAS, F.C.A.; COSTA, D.G.; GERMANO, C.M.; VEIGA, A.A. de A. Ações em Educação Ambiental para crianças e adolescentes da Vila da Barca em Belém/PA: Uma proposta de conscientização. **Educação Ambiental em Ação**, v.9, n.34, p.69, 2010.

MAGALHÃES, M.P. Conexões evolucionárias entre cultura e natura na Amazônia Neotropical. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, v.5, n.9, p.93-120, 2009.

MARÉS, C.F. Introdução ao direito socioambiental. In: LIMA, A. (org). **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

MEIRA FILHO, A. **Evolução Histórica de Belém do Grão Pará**: Fundação e História. Volume I, Belém, 1976. 371p.

MORAES, A.P. de. Educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o patrimônio cultural. 2005. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf> Acesso: em 08 de out. 2013.

NOGUEIRA, A.G.R. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. **História**, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

PEREGRINO, U. Patrimônio cultural: Uma construção da cidadania. Educação patrimonial: reflexões e praticas. In: TOLENTINO, A.B.(Org). **Caderno Temático 2.** – João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012, p.1-2.

SANTOS, A.L.L. **Ações de responsabilidade sócio ambiental em parceria:** o caso do Projeto Educação Ambiental e Patrimonial realizado nas Comunidades Boa Vista e Lago Moura - Porto Trombetas/PA. 65f. Mestrado (Administração)- Universidade da Amazônia, Belém. 2012.

SANTOS, S.S.C.; SOUZA, R.R. Educação Ambiental e Patrimonial: significados da ação educativa construídos na experiência museológica. **Ambiente & Educação**, v.16, n.1, p.79-98, 2011.

SOUZA, F.H.F. **O Direito à cidade:** meio ambiente urbano e qualidade de vida para os povos ribeirinhos do baixo Amazonas no Estado do Pará. Paka-Tatu. Belém, 2010.

TEIXEIRA, S. Educación patrimonial: Alfabetización cultural para la ciudadanía. **Estudios pedagógicos (Valdivia)**, v.32, n.2, p.133-145, 2006.

TOLENTINO, A.B. (Org). Educação Patrimonial: reflexões e praticas. Caderno Temático 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPraticas_ct1_m.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

VEIGA, A.A.A.; LUCAS, F.C.A.; PEREIRA, A.S.S.; SATO, K.S.S.; GERMANO, C.M. Diferentes olhares e ações para a Educação Ambiental: Um exercício de cidadania num projeto de extensão. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Online)**, v.7, n.2, p.67-76, 2012.

ZANIRATO, S.H. O Patrimônio Natural do Brasil. 2010. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6127/4449>. Acesso em: 28 jan. 2015.

ZANIRATO, S.H.; RIBEIRO, W.C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v.26, n.51, p.251-262, 2006.